



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 16 de Dezembro de 2020  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 2019



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO Nº 2345, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Aprova o Loteamento de Acesso Controlado denominado Araras, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda., e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, bem como suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 1546, de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG;

**CONSIDERANDO** que o loteamento de acesso controlado é uma modalidade de loteamento cercado com muros ou cercas, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado impedimento de acesso a pedestre ou a condutores de veículos não residentes, devidamente identificados ou cadastrados, nos termos da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

**CONSIDERANDO** que foram observadas pelo loteador todas as etapas de análise e aprovação do anteprojeto, projeto urbanístico, projetos complementares e projeto urbanístico final, bem como todos os requisitos urbanísticos para o loteamento de acesso controlado;

**CONSIDERANDO** que foi devidamente apresentado documento contendo as condições especiais de uso e restrições urbanísticas que regerão o uso do loteamento, as condições de credenciamento da associação de proprietários de lotes para gestão do uso concedido, a obrigatoriedade do rateio das despesas administrativas entre os adquirentes de lotes e respectivos sucessores enquanto perdurar a condição de loteamento de acesso controlado, conforme determina o art. 52 da Lei 1546/2019;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 1620, de 04 de agosto de 2020 aprovou as denominações das vias e logradouros públicos no Loteamento de Acesso Controlado Araras, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda.;

**CONSIDERANDO** que a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo, instituída pela Lei 1546/2019, de caráter consultivo e deliberativo, formada por representantes das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Município de Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, deliberou pela aprovação do Loteamento de Acesso Controlado Araras, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda.;

**CONSIDERANDO** o interesse público;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovado o loteamento de acesso controlado denominado Araras, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda., inscrito no CNPJ.: 23.984.370/0001-06, localizado no perímetro urbano/zona de expansão urbana do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 41.273 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo.

**§1º** O prazo para execução das obras de infraestrutura é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial do Município, podendo este prazo ser prorrogado uma

única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Loteador e aprovada pela Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo.

**§2º** O loteamento terá uso residencial e/ou comercial, assim especificados:

- I. As Quadras 01, 02, 03, 06, 07 e 08 são destinadas exclusivamente à habitação unifamiliar;
- II. O Lote 01 da Quadra 04 será destinado à instalação da Associação dos Proprietários de Lotes do Loteamento de Acesso Controlado Araras;
- III. Os Lotes 01, 02, 03 e 04 da Quadra 10 e, Lotes 02, 03, 04 e 05 da Quadra 11 são destinados exclusivamente ao uso comercial, com as seguintes restrições:
  - a) Será permitida a instalação de comércio leve, tais como prestação de serviços, supermercado, padaria, etc.;
  - b) Fica vedado a instalação de bares, boates, casas de eventos e similares;
  - c) Estes lotes deverão observar os afastamentos mínimos obrigatórios:
    - 1 Afastamento de frente: 5 m (cinco) metros totalmente livres para estacionamentos;
    - 2 Afastamento de fundo: 1,5m (um metro e meio);
    - 3 Afastamento laterais: 1,5m (um metro e meio) quando houver abertura.

**Art. 2º** A gleba de terreno descrita na matrícula 41.273 a ser loteada tem as seguintes especificações:

- I. Área total da matrícula: 115.258,30m<sup>2</sup>;
- II. Área de Preservação Permanente: 7.923,54m<sup>2</sup>;
- III. Área loteável: 107.334,76m<sup>2</sup>;
- IV. Lotes úteis: 180 lotes, com área de 62.550,72 m<sup>2</sup>, o que representa 58,27% da área loteável;
- V. Área Institucional: localizada no Lote 04 da Quadra 12, totalizando uma área de 5.367,12m<sup>2</sup>, o que representa 5,00% da área loteável;
- VI. Sistema Viário: 21.216,30m<sup>2</sup>, o que representa 19,78% da área loteável;
- VII. Áreas Verdes, totalizando 20.034,44m<sup>2</sup>, o que representa 18,66% da área loteável assim especificados:
  - a) Lote 01 da Quadra 05, com área de 194,85m<sup>2</sup>;
  - b) Lote 01 da Quadra 09, com área de 7.500,51m<sup>2</sup>, que será implantada a Praça do Sol Nascente;
  - c) Lote 05 da Quadra 10, com área de 132,06m<sup>2</sup>;
  - d) Lote 01 da Quadra 11, com área de 129,97m<sup>2</sup>;
  - e) Lote 02 da Quadra 12, com área de 4.153,51m<sup>2</sup>;
  - f) Lote 01 da Quadra 12 - Área de Preservação Permanente, com área de 7.923,54m<sup>2</sup>.

**§1º** No caso da Área de Preservação Permanente – APP deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação.

**§2º** É permitido o cômputo da Área de Preservação Permanente – APP no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento, conforme dispõe o art. 10, §5º da Lei Municipal 1546/2019 e Decreto Estadual 44.768/2008.

**§3º** A área da Reserva Legal descrita na matrícula de 11.654,02m<sup>2</sup>, foi transformada em Área Verde, conforme autoriza o art. 25, inciso II da Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012.

**§4º** Considerando que a área destinada ao sistema viário foi inferior a 20% (vinte por cento), o restante do percentual foi compensado nas áreas verdes do loteamento, conforme autoriza o art. 46, §2º da Lei 1546/2019.

**§5º** Será computado neste loteamento a área de 6.089,72m<sup>2</sup>, localizado no Lote 03 da Quadra 12, destinada a implantação da Área Institucional do Loteamento de Acesso Controlado denominado Mata da Nascente, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena, conforme autoriza o art. 46, §6º da Lei 1546/2019.

**Art. 3º** O quadro de áreas do loteamento de acesso controlado ficará assim especificado, nos termos do art. 2º deste Decreto para

fins de registro:

|  |                          |        |
|--|--------------------------|--------|
| Área da Gleba  | 115.258,30m <sup>2</sup> |        |
| Área de Preservação Permanente   | 7.923,54m <sup>2</sup>   |        |
| Área Loteável  | 107.334,76m <sup>2</sup> |        |
| Área Verde   | 12.110,90m <sup>2</sup>  | 11,28% |
| Lote 01 da Quadra 05, com área de 194,85m <sup>2</sup> ;<br>Lote 01 da Quadra 09, com área de 7.500,51m <sup>2</sup> ;<br>Lote 05 da Quadra 10, com área de 132,06m <sup>2</sup> ;<br>Lote 01 da Quadra 11, com área de 129,97m <sup>2</sup> ;<br>Lote 02 da Quadra 12, com área de 4.153,51m <sup>2</sup> |                          |        |
| Áreas Institucionais 1 e 2<br>Araras: 5.367,12m <sup>2</sup><br>Mata da Nascente: 6.089,72m <sup>2</sup>   | 11.456,84m <sup>2</sup>  | 10,67% |
| Sistema Viário   | 21.216,30m <sup>2</sup>  | 19,78% |
| Área de Lotes  | 62.550,72m <sup>2</sup>  | 58,27% |
| Total  |                          | 100%   |

**Art. 4º** Na forma do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79, passam a integrar o patrimônio público do Município de Monte Carmelo:

- I. Áreas verdes;
- II. Áreas institucionais;
- III. Sistema viário.

**Art. 5º** Será exigida a implantação das seguintes obras de infraestrutura, que ficará sob a responsabilidade do Loteador, conforme os projetos apresentados e aprovados pela Prefeitura Municipal:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de distribuição de energia elétrica;
- IV. Rede de abastecimento de água;
- V. Rede de esgotamento sanitário, interligado ao Sistema de Tratamento de Esgoto Municipal;
- VI. Pavimentação asfáltica, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de denominação dos logradouros públicos e construção de meio fio, observadas as condições de acessibilidade;
- VII. Guias e sarjetas;
- VIII. Isolamento e arborização de áreas verdes, bem como constituição de parques lineares;
- IX. Sistema de drenagem de águas pluviais, conforme especificações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- X. Pavimentação das calçadas nas testadas das áreas verdes e institucionais, com exceção das áreas verdes contíguas a APP que será necessária a pavimentação da testada;
- XI. Apresentação de Plano de Arborização para os canteiros centrais e áreas verdes públicas.
- XII. Construção da pista de desaceleração e aceleração na Avenida do Contorno nos acessos de entrada e saída do loteamento.

**§1º** Para implantação dos incisos IV e V deste artigo, ficará sob a responsabilidade do loteador, sem prejuízo de outras obras de infraestrutura necessárias:

- I. Projetar e executar captação de água com vazão mínima de 7,39m<sup>3</sup>/h;
  - II. Projetar e executar reservatório elevado de distribuição de água com taça seca de 7 metros e com volume mínimo de 44,35m<sup>3</sup>;
  - III. Projetar e executar reforços estruturais nas cabeceiras da travessia que interligará o sistema de esgotamento sanitário do loteamento ao interceptor de esgotos sanitários, caso seja verificado a necessidade durante sua execução.
  - IV. Elaborar os projetos hidráulicos e estruturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução Normativa DMAE -05/2019, sem prejuízo da observância integral das demais normativas vigentes, inclusive na hipótese de eventual alteração(ões) posterior(es);
  - V. Submeter, oportunamente, os projetos hidráulicos e estruturais ao Setor de Engenharia do Departamento Municipal de Água e Esgoto para análise e aprovação;
  - VI. Adotar todas as demais providências que se fizerem necessárias à implantação das obras de infraestrutura em sua integralidade, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.
- §2º** As edificações existentes no loteamento de acesso controlado terão, individualmente, ligações prediais de água e esgoto, conectadas ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DMAE.

**Art. 6º** Mediante competente instrumento de garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Decreto, a ser expedido por este Município, conforme certidão de caucionamento de Lotes nº 004/2020/CTAAPS/CCL, ficam caucionados os lotes do Loteamento de Acesso Controlado Araras, assim especificados:

- I. Lotes 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Quadra 01;
- II. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 da Quadra 06;
- III. Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12,

13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da Quadra 02.

**Art. 7º** Após o registro do Loteamento de Acesso Controlado no Cartório de Registro de Imóveis será outorgada concessão administrativa de uso de vias de circulação e áreas verdes às sociedades civis constituídas pelos adquirentes de lotes, sob a forma de Associação.

**Art. 8º** A utilização das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas ao loteamento, sem alteração do uso a que se destinam, mediante outorga da concessão administrativa exclusivamente à associação de proprietários de lotes que assumirá por ordem e conta dos proprietários de lotes, a responsabilidade pelas despesas e custos administrativos, observadas as seguintes condições:

- a) As áreas verdes públicas internas dos loteamentos de acesso controlado são destinadas à criação de praças, bosques, áreas de lazer e similares visando fomentar o lazer e a preservação ambiental;
- b) As áreas verdes públicas internas terão permeabilidade mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) para implantação de equipamentos de lazer, esportivo e de recreação, com edificações destinadas a este fim;
- c) É vedada nas áreas verdes públicas internas a instalação de atividades com fins comerciais ou que, por algum motivo, possam contribuir para prejudicar a segurança, o sossego e o bem estar da população;
- d) Os projetos das áreas verdes públicas internas, inclusive suas alterações futuras, deverão ter anuência prévia da associação de moradores, aprovada em assembleia, sendo as taxas incidentes de sua responsabilidade, submetendo-se, ainda, à posterior aprovação do órgão público competente.

**Parágrafo único.** Os custos e despesas relativas à administração do uso privativo serão rateados entre os proprietários de lotes, na proporção das áreas respectivas.

**Art. 9º** As construções e benfeitorias edificadas no loteamento de acesso controlado deverão obedecer rigorosamente às características e exigências gerais da legislação, sem prejuízo da observância às características e exigências específicas.

**Art. 10** As restrições urbanísticas e condições de uso do Loteamento de Acesso Controlado Araras será registrado, na íntegra, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, devendo ser observadas pelos adquirentes de lotes.

**Art. 11** A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos do loteamento de acesso controlado, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município, dentro da etapa planejada.

**Art. 12** Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

**Art. 13** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 15 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2346, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Aprova o Loteamento de Acesso Controlado denominado Mata da Nascente, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda., e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, bem como suas alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal 1546, de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Monte Carmelo/MG;

**CONSIDERANDO** que o loteamento de acesso controlado é uma modalidade de loteamento cercado com muros ou cercas, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do Poder Público Municipal, sendo vedado impedimento de acesso a pedestre ou a condutores de veículos não residentes, devidamente identificados ou cadastrados, nos termos da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, alterada pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

**CONSIDERANDO** que foram observadas pelo loteador todas as etapas de análise e aprovação do anteprojeto, projeto urbanístico, projetos complementares e projeto urbanístico final, bem como todos os requisitos urbanísticos para o loteamento de acesso controlado;

**CONSIDERANDO** que foi devidamente apresentado documento contendo as condições especiais de uso e restrições urbanísticas que regerão o uso do loteamento, as condições de credenciamento da associação de proprietários de lotes para gestão do uso concedido, a obrigatoriedade do rateio das despesas administrativas entre os adquirentes de lotes e respectivos sucessores enquanto perdurar a condição de loteamento de acesso controlado, conforme determina o art. 52 da Lei 1546/2019;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 1621, de 04 de agosto de 2020 aprovou as denominações das vias e logradouros públicos no Loteamento de Acesso Controlado Mata da Nascente, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda.;

**CONSIDERANDO** que a Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo, instituída pela Lei 1546/2019, de caráter consultivo e deliberativo, formada por representantes das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos; Fazenda; Desenvolvimento Econômico, Agronegócio, Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Município de Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, deliberou pela aprovação do Loteamento de Acesso Controlado Mata da Nascente, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda.;

**CONSIDERANDO** o interesse público;

## DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado o loteamento de acesso controlado denominado Mata da Nascente, de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Gil Pena Ltda., inscrito no CNPJ.: 23.984.370/0001-06, localizado no perímetro urbano/zona de expansão urbana do Município de Monte Carmelo, constante na matrícula 41.272 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo.

**§1º** O prazo para execução das obras de infraestrutura é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial do Município, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Loteador e aprovada pela Comissão Técnica de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo.

**§2º** O loteamento terá uso residencial e/ou comercial, assim especificados:

- I. As Quadras 02, 03, 04, 05 e 06 são destinadas exclusivamente à habitação unifamiliar;
- II. O Lote 02 da Quadra 07 será destinado à instalação da Associação dos Proprietários de Lotes do Loteamento de Acesso Controlado Mata da Nascente;
- III. O Lote 02 da Quadra 09 é destinado exclusivamente ao uso comercial, com as seguintes restrições:
  - a) Será permitida a instalação de comércio leve, tais como prestação de serviços, supermercado, padaria, etc.;
  - b) Fica vedado a instalação de bares, boates, casas de eventos e similares;
  - c) Estes lotes deverão observar os afastamentos mínimos obrigatórios:
    1. Afastamento de fundo: 1,5m (um metro e meio);
    2. Afastamento laterais: 1,5m (um metro e meio) quando houver abertura.

**Art. 2º** A gleba de terreno descrita na matrícula 41.272 a ser loteada tem as seguintes especificações:

- I. Área total da matrícula: 124.895,08m<sup>2</sup>;
- II. Área de Preservação Permanente: 3.100,63m<sup>2</sup>;
- III. Área loteável: 121.794,45m<sup>2</sup>;
- IV. Lotes úteis: 145 lotes, com área de 79.173,17m<sup>2</sup> o que representa 65,01% da área loteável;

V. Área Institucional: 6.375,78m<sup>2</sup> o que represente 5,23%:

- a) Lote 03 da Quadra 09, com área de 286,06m<sup>2</sup>, que será destinada ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;
- b) Lote 03 da Quadra 12, com área de 6.089,72m<sup>2</sup>, que está localizada na área da matrícula 41.273, Loteamento de Acesso Controlado Araras.

VI. Sistema Viário: 28.664,74m<sup>2</sup>, o que representa 23,54% da área loteável;

VII. Áreas Verdes: 13.732,44m<sup>2</sup>, o que representa 11,27% da área loteável, assim especificada:

- a) Lote 01 da Quadra 01, com área de 6.149,69m<sup>2</sup>, que será construída a Praça do Sol Poente;
- b) Lote 01 da Quadra 07, com área de 312,35m<sup>2</sup>;
- c) Lote 01 da Quadra 08, com área de 632,28m<sup>2</sup>;
- d) Lote 01 da Quadra 09, com área de 110,46m<sup>2</sup>;
- e) Lote 01 da Quadra 10, com área de 711,67m<sup>2</sup>;
- f) Lote 02 da Quadra 11, com área de 2.715,36m<sup>2</sup>, que será construída a Praça Rotary Clube;
- g) Lote 03 da Quadra 11 – Área de Preservação Permanente, com área de 3.100,63m<sup>2</sup>.

**§1º** No caso da Área de Preservação Permanente – APP deverão ser respeitados os impedimentos legais de uso e ocupação.

**§2º** Foi permitido o cômputo da Área de Preservação Permanente – APP no cálculo de até 80% (oitenta por cento) do total das áreas verdes do loteamento, conforme dispõe o art. 10, §5º da Lei Municipal 1546/2019 e Decreto Estadual 44.768/2008.

**§3º** A área da Reserva Legal descrita na matrícula de 1.662,95m<sup>2</sup>, foi transformada em Área Verde, conforme autoriza o art. 25, inciso II da Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012.

**§4º** A área institucional descrita no inciso V, alínea “b” deste artigo, com área de 6.089,72m<sup>2</sup>, localizado no Lote 03 da Quadra 12, destinada a implantação da Área Institucional deste Loteamento de Acesso Controlado está alocada na área da matrícula 41.273, onde será implantado o Loteamento de Acesso Controlado denominado Araras, conforme autoriza o art. 46, §6º da Lei 1546/2019.

**Art. 3º** O quadro de áreas do loteamento de acesso controlado ficará assim especificado, nos termos do art. 2º deste Decreto para fins de registro:

|  |                          |        |
|--|--------------------------|--------|
| Área da Gleba  | 124.895,08m <sup>2</sup> |        |
| Área de Preservação Permanente                             | 3.100,63m <sup>2</sup>   |        |
| Área Loteável  | 121.794,45m <sup>2</sup> |        |
| Áreas Verdes   | 10.631,81m <sup>2</sup>  | 8,73%  |
| Lote 01 da Quadra 01, com área de 6.149,69m <sup>2</sup> ; |                          |        |
| Lote 01 da Quadra 07, com área de 312,35m <sup>2</sup> ;   |                          |        |
| Lote 01 da Quadra 08, com área de 632,28m <sup>2</sup> ;   |                          |        |
| Lote 01 da Quadra 09, com área de 110,46m <sup>2</sup> ;   |                          |        |
| Lote 01 da Quadra 10, com área de 711,67m <sup>2</sup> ;   |                          |        |
| Lote 02 da Quadra 11, com área de 2.715,36m <sup>2</sup>   |                          |        |
| Área Institucional   | 286,06m <sup>2</sup>     | 0,23%  |
| Área Non edificandi  | 3.038,67m <sup>2</sup>   | 2,49%  |
| Sistema Viário   | 28.664,74m <sup>2</sup>  | 23,54% |
| Área de Lotes  | 79.173,17m <sup>2</sup>  | 65,01% |
| Total  |                          | 100%   |

**Art. 4º** Na forma do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79, passam a integrar o patrimônio público do Município de Monte Carmelo:

- I. Áreas verdes;
- II. Áreas institucionais;
- III. Sistema viário.

**Art. 5º** Será exigida a implantação das seguintes obras de infraestrutura que ficará sob a responsabilidade do Loteador, conforme os projetos apresentados e aprovados pela Prefeitura Municipal:

- I. Abertura das vias de circulação;
- II. Demarcação de quadras e lotes;
- III. Rede de distribuição de energia elétrica;
- IV. Rede de abastecimento de água;
- V. Rede de esgotamento sanitário, interligado ao Sistema de Tratamento de Esgoto Municipal;
- VI. Pavimentação asfáltica, contendo sinalização vertical e horizontal, incluindo placa indicativa de denominação dos logradouros públicos e construção de meio fio, observadas as condições de acessibilidade;
- VII. Guias e sarjetas;
- VIII. Isolamento e arborização de áreas verdes, bem como constituição de parques lineares;
- IX. Sistema de drenagem de águas pluviais, conforme especificações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- X. Pavimentação das calçadas nas testadas das áreas verdes e institucionais, com exceção das áreas verdes contíguas a APP que será necessária a pavimentação da testada;



**XI.** Apresentação de Plano de Arborização para os canteiros centrais e áreas verdes públicas.

**XII.** Construção da pista de desaceleração e aceleração na Avenida do Contorno nos acessos de entrada e saída do loteamento.

**§1º** Para implantação dos incisos IV e V deste artigo, ficará sob a responsabilidade do loteador, sem prejuízo de outras obras de infraestrutura necessárias:

**I.** Projetar e executar captação de água com vazão mínima de 7,39 m³/h;

**II.** Projetar e executar reservatório elevado de distribuição de água com taça seca de 7 metros e com volume mínimo de 44,35m³;

**III.** Projetar e executar reforços estruturais nas cabeceiras de travessia que interligará o sistema de esgotamento sanitário do loteamento ao interceptor de esgotos sanitários, caso seja verificada a necessidade durante sua execução.

**IV.** Elaborar os projetos hidráulicos e estruturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução Normativa DMAE -05/2019, sem prejuízo da observância integral das demais normativas vigentes, inclusive na hipótese de eventual alteração(ões) posterior(es);

**V.** Submeter, oportunamente, os projetos hidráulicos e estruturais ao Setor de Engenharia do Departamento Municipal de Água e Esgoto para análise e aprovação;

**VI.** Adotar todas as demais providências que se fizerem necessárias à implantação das obras de infraestrutura em sua integralidade, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

**§2º** As edificações existentes no loteamento de acesso controlado terão, individualmente, ligações prediais de água e esgoto, conectadas ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DMAE.

**Art. 6º** Mediante competente instrumento de garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Decreto, a ser expedido por este Município, conforme certidão de caucionamento de Lotes nº 003/2020/CTAAPS/CCL, ficam caucionados os lotes do Loteamento de Acesso Controlado Mata da Nascente: Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 da Quadra 03.

**Art. 7º** Após o registro do Loteamento de Acesso Controlado no Cartório de Registro de Imóveis será outorgada concessão administrativa de uso de vias de circulação e áreas verdes às sociedades civis constituídas pelos adquirentes de lotes, sob a forma de Associação.

**Art. 8º** A utilização das vias de circulação e das áreas verdes públicas internas ao loteamento, sem alteração do uso a que se destinam, mediante outorga da concessão administrativa exclusivamente à associação de proprietários de lotes que assumirá por ordem e conta dos proprietários de lotes, a responsabilidade pelas despesas e custos administrativos, observadas as seguintes condições:

**a)** As áreas verdes públicas internas dos loteamentos de acesso controlado são destinadas à criação de praças, bosques, áreas de lazer e similares visando fomentar o lazer e a preservação ambiental;

**b)** As áreas verdes públicas internas terão permeabilidade mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) para implantação de equipamentos de lazer, esportivo e de recreação, com edificações destinadas a este fim;

**c)** É vedada nas áreas verdes públicas internas a instalação de atividades com fins comerciais ou que, por algum motivo, possam contribuir para prejudicar a segurança, o sossego e o bem estar da população;

**d)** Os projetos das áreas verdes públicas internas, inclusive suas alterações futuras, deverão ter anuência prévia da associação de moradores, aprovada em assembleia, sendo as taxas incidentes de sua responsabilidade, submetendo-se, ainda, à posterior aprovação do órgão público competente.

**Parágrafo único.** Os custos e despesas relativas à administração do uso privativo serão rateados entre os proprietários de lotes, na proporção das áreas respectivas.

**Art. 9º** As construções e benfeitorias edificadas no loteamento de acesso controlado deverão obedecer rigorosamente às características e exigências gerais da legislação, sem prejuízo da observância às características e exigências específicas.

**Art. 10** As restrições urbanísticas e condições de uso do Loteamento de Acesso Controlado Mata da Nascente será registrado, na íntegra, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, devendo ser observadas pelos adquirentes de lotes.

**Art. 11** A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo somente expedirá alvará para construir, demolir, reformar ou ampliar construções em terrenos do loteamento de acesso controlado, cujas obras tenham sido devidamente vistoriadas, aprovadas e recebidas pelo Município, dentro da etapa planejada.

**Art. 12** Após o registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, será expedida autorização para execução de obras, designada também por Ordem de Serviço – OS, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

**Art. 13** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 15 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 10.748, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020**

*“Concede trintenário que especifica”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder TRINTENÁRIO, de acordo com o artigo 196, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, ao(a) servidor(a) ADÃO DOS REIS CARLOTA, matrícula 3131, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/12/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 10.749, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*“Concede licença prêmio que especifica”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) CLEITON DA COSTA MIRANDA, matrícula 438193, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇO LIMPEZA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, pelo período de 01/12/2020 a 30/12/2020.

**Parágrafo único.** A concessão disposta nesta Portaria é baseada em período aquisitivo adquirido preteritamente à vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e do Decreto Municipal nº 2301/2020.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/12/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 10.750, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Concede licença prêmio que especifica".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) MARIA ISABEL DA SILVA, matrícula 26867, cargo de GARI, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, pelo período de 01/12/2020 a 30/12/2020.

**Parágrafo único.** A concessão disposta nesta Portaria é baseada em período aquisitivo adquirido preteritamente à vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e do Decreto Municipal nº 2301/2020.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/12/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 10.751, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Concede Adicional de Desempenho aos servidores que abaixo menciona".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,  
**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder, conforme Lei Municipal Nº 943/2011, ADICIONAL DE DESEMPENHO, aos servidores relacionados no Anexo.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/12/2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo/MG

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município

**Anexo**

| MATRÍCULA | SERVIDOR(A)                    | CARGO                     | SECRETARIA         | ADE (%) | INÍCIO     |
|-----------|--------------------------------|---------------------------|--------------------|---------|------------|
| 439118    | VANESSA OLIVEIRA SILVA BATISTA | PEB-I                     | EDUCAÇÃO E CULTURA | 9,85    | 01/12/2020 |
| 438623    | VIVIANE MESSIAS DE LOURDES     | TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR | FAZENDA            | 19,18   | 01/12/2020 |



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 10.752, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Faz designação que especifica".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar RENATA TORRES CAMPOS, matrícula 439325, ocupante do cargo de FARMACÊUTICO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para a FUNÇÃO GRATIFICADA FGD-4.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/12/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**AUTORIZAÇÃO Nº 02, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*"Autoriza a realização de Leilão Agropecuário no Município de Monte Carmelo/MG, nos termos da Portaria 2.000, de 21 de setembro de 2020, expedida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária".*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** as Recomendações expedidas pela Organização Mundial de Saúde quanto ao Coronavírus – COVID-19, com o reconhecimento de pandemia;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal confirmou a competência concorrente da União, de Estados e Municípios em instituir ações para combater pandemia da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a liberação e concessão do Alvará Sanitário do Hospital Municipal de Monte Carmelo por parte do Governo do Estado de Minas Gerais, que dispõe de 57 leitos para internação e 08 leitos de UTI, sendo que os leitos de UTI já encontram-se em funcionamento, juntamente com 40 leitos disponíveis para internação;

**CONSIDERANDO** que o Município dispõe de 14 equipes de PSF, além da Equipe Melhor em Casa;

**CONSIDERANDO** que o Município dispõe de 12 respiradores no Hospital Municipal, sendo que 06 respiradores estão sendo utilizados na sala de urgência do Pronto Socorro e 06 serão utilizados na UTI;

**CONSIDERANDO** que o Município dispõe de teste rápido, devidamente registrado na ANVISA, para diagnósticos dos pacientes que enquadrarem nos requisitos do Protocolo instituído em âmbito municipal;

**CONSIDERANDO** que o Município dispõe de credenciamento com o laboratório Labormed de Uberlândia, autorizado pela Secretaria de Estado da Saúde para realizar o teste SWAB, para diagnóstico de infecção de coronavírus, para os pacientes hospitalizados atendidos pelo SUS;

**CONSIDERANDO** que a Portaria 2.000, de 21 de setembro de 2020, expedida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre normas para realização de eventos pecuários em decorrência da situação de emergência em saúde pública do Estado;

**CONSIDERANDO** que referida Portaria estabelece que a Prefeitura Municipal deverá expedir autorização para a realização de eventos pecuários em sua área de administração, considerando a situação epidemiológica local e risco inerente à transmissão do coronavírus SARS-CoV-2, manifestando expressamente sobre o número permitido de pessoas presente ao evento, assim como quantitativo de eventos semanais permitidos;

**CONSIDERANDO** o Boletim Epidemiológico publicado em 15/12/2020, o qual constam 614 confirmados, sendo que 590 se encontram curados, bem como 2595 casos descartados (negativos) após realização de teste;

**CONSIDERANDO** que o Governo Estadual criou o programa intitulado "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito

certo", que é um conjunto de protocolos sanitários que buscam orientar a retomada segura das atividades econômicas nos Municípios do Estado. Trata-se de um programa destinado à possibilidade de flexibilização das medidas de isolamento social de forma responsável, permitindo a retomada parcial da economia e observando o impacto no sistema de saúde;

**CONSIDERANDO** que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente por meio do Decreto nº 2307, de 07 de agosto de 2020;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado" e suas alterações;

**CONSIDERANDO** que referida deliberação estabelece em seu art. 8º, inciso X, que "Os Municípios devem assegurar que os serviços e atividades abaixo listados e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento sejam mantidos em funcionamento, tais como a atividade agrossilvipastoris e agroindustriais";

**CONSIDERANDO** que a atividade pecuária enquadra-se em uma atividade agrossilvipastoris;

**CONSIDERANDO** que o artigo 6º, I da Deliberação 17/2020 dispõe que estão suspensas a realização de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, com público SUPERIOR a 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, à razão de uma pessoa a cada 4m²;

**CONSIDERANDO** que as atividades de apoio à agricultura e a pecuária enquadram-se na Onda Verde (serviços essenciais), permitidas na macrorregião do Triângulo do Norte pelo Programa Minas Consciente, a qual esta Municipalidade integra;

**CONSIDERANDO** o requerimento apresentado pelo Sindicato Rural de Monte Carmelo que solicita autorização para realização do leilão semanal por meio do Ofício nº 0081/2020, com preparo de refeições e consumo de bebidas durante a organização e realização do evento;

#### AUTORIZA:

**Art. 1º** Fica autorizada a realização de leilão agropecuário, nos Termos da Portaria 2.000, de 21 de setembro de 2020, expedida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, no âmbito territorial do Município de Monte Carmelo/MG, mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

- I. Poderá ser realizado um leilão agropecuário por semana, nas quartas-feiras, com capacidade máxima de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, à razão de uma pessoa a quatro metros quadrados;
- II. Poderá ser realizado um leilão em um sábado de cada mês, com capacidade máxima de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, à razão de uma pessoa a quatro metros quadrados;
- III. A empresa promotora deverá apresentar no momento da solicitação do evento pecuário ao IMA, a documentação sanitária habitual, juntamente com esta autorização e o Termo de Responsabilidade constante no Anexo I;
- IV. Será permitida a presença de bebida alcoólica durante todo o período de organização e realização do evento pecuário;
- V. Poderá ser preparadas e comercializadas refeições no recinto durante todo o período de organização e realização do evento pecuário;
- VI. As mesas deverão possuir distanciamento mínimo de 2 metros e priorizar a utilização de mesa pela mesma família;
- VII. A empresa promotora deverá solicitar à Polícia Militar local, com antecedência devida, a presença de policiamento durante todo o período de realização do evento;

**Art. 2º** As empresas promotoras de eventos deverão adotar as seguintes medidas de higiene e profilaxia:

- I. Intensificação das ações de limpeza;
- II. Disponibilização de produtos de assepsia aos clientes;
- III. Manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas;
- IV. Divulgação das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia;
- V. Exigir que os organizadores e participantes façam o uso de máscara de proteção facial com boca e nariz cobertos, nos termos da Lei Municipal nº 1615, de 23 de junho de 2020.

**Art. 3º** O não cumprimento dos critérios descritos nesta Autorização ensejará na suspensão imediata das atividades da empresa promotora durante todo o período de emergência em saúde, além de outras

penalidades administrativas e penais cabíveis.

**Art. 4º** Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 15 de dezembro de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

#### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, representante da Empresa Promotora de Evento Agropecuário

\_\_\_\_\_, registrada no Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, sob o nº \_\_\_\_\_ e eu,

\_\_\_\_\_, médico veterinário, portador de identidade profissional nº \_\_\_\_\_ emitida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-MG, RT Habilitado nº \_\_\_\_\_ declaro ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA que estou ciente e cumprirei as normas estabelecidas pela prefeitura, conforme Portaria IMA nº 2.000, de 21 de setembro de 2020, n.º \_\_\_\_\_ evento \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, que acontecerá no recinto

\_\_\_\_\_, situado no município de

nas datas de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declaro ainda, sob as penas da legislação civil e criminal vigente, conhecer e fazer cumprir as leis, normas e deliberações pertinentes à Defesa Sanitária Animal, Bem-Estar Animal em aglomeração de animais, assim como as medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia Coronavírus COVID-19.

Representante da empresa promotora de eventos

Responsável técnico pelo evento pecuário



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando as ações emergenciais referentes ao inciso III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020, torna pública a relação final de habilitados, inabilitados e de propostas classificadas referentes ao Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº 02/2020. **Foram habilitados(as):** 1) Maicon Oliveira Barreto; 2) José Batista Naves; 3) Wellington Cunha Prado; 4) Rosimeire Maria da Costa; 5) Maria Pereira Camargos de Souza; 6) Sibeli Maria dos Santos; 7) Livia Danielle de Oliveira Pereira; 8) Maira Rosana Martins; 9) Sandra Maria Martins; 10) Douglas Marques Rosales; 11) Ana Carolina de Oliveira Cunha; 12) Maria de Fátima Dornelas; 13) Maria Aparecida Pereira Silva; 14) Lázara de Fátima Oliveira Basílio; 15) Zilmar dos Santos; 16) Flávia Caroline Vieira. **Foi inabilitado(o):** Cleiton Oliveira Cavalcante. **Foram classificadas as propostas de contrapartida sociocultural apresentadas por:** 1) Maicon Oliveira Barreto, inscrito no CPF sob o nº 082.404.896-21; 2) José Batista Naves, inscrito no CPF sob o nº 170.425.776-04; 3) Wellington Cunha Prado, inscrito no CPF sob o nº 054.101.446-35; 4) Rosimeire Maria da Costa, inscrita no CPF sob o nº 935.144.686-72; 5) Maria Pereira Camargos de Souza, inscrita no CPF sob o nº 046.226.046-12; 6) Sibeli Maria dos Santos, inscrita no CPF sob o nº 003.040.496-70; 7) Livia Danielle de Oliveira Pereira, inscrita no CPF sob o nº 144.922186-61; 8) Maira Rosana Martins, inscrita no CPF sob o nº 056.913.736-50; 9) Sandra Maria Martins, inscrita no CPF sob o nº 498.381.056-00; 10) Douglas Marques Rosales, inscrito no CPF sob o nº 292.754.468-90; 11) Ana Carolina de Oliveira Cunha, inscrita no CPF sob o nº 098.531.866-08; 12) Maria de Fátima Dornelas, inscrita no CPF sob o nº 725.112.816-00; 13) Maria Aparecida Pereira Silva;



14) Lázara de Fátima Oliveira Basílio; 15) Zilmar dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 796.402.066-87; 16) Flávia Caroline Vieira, inscrita no CPF sob o nº 150.907.846-04. Monte Carmelo, 16 de dezembro de 2020. Elane Maria Lana de Oliveira – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020. A

Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando as ações emergenciais referentes ao inciso III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, torna pública a relação final de habilitados, inabilitados e de propostas classificadas referentes ao Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº 03/2020. **Foram habilitados(as):** 1) Ezequiel Santos Silva; 2) Wellington da Silva Raimundo; 3) João Carlos de Oliveira Cunha; 4) Gean Carlos dos Santos; 5) Marco Aurélio Fornazier Leles; 6) Fernanda Vieira de Carvalho Monteiro; 7) Helen Cristina Julia de Lacerda; 8) Murilo Cardoso Santos; 9) Bruno José de Moraes; 10) Bruno José da Silva; 11) Marielly de Souza Basílio; 12) Valdemir Vieira Silva; 13) Luiz Henrique dos Santos Cabral; 14) Lécio Reis Manoel Rodrigues; 15) Nyedja Nara Maria Leite Arruda; 16) Bruno de Jesus Silva; 17) Leandro José Martins; 18) Waldemar Patrique Flores Silva; 19) Gustavo Henrique Rosa Miranda; 20) Emily Alves Dias; 21) Zilmar dos Santos; 22) Crisomar Alves de Oliveira Junior; 23) Denys Basílio; 24) Isaías Gama de Souza; 25) Larissa Fraga Dornelas; 26) Jéferson Luiz de Oliveira; 27) Carlos de Oliveira Silva Junior. **Foi inabilitado(a):**

1) Gabriel da Silva Rosa. **Foram classificadas as propostas de contrapartida sociocultural apresentadas por:** 1) Ezequiel Santos Silva; 2) Wellington da Silva Raimundo; 3) João Carlos de Oliveira Cunha; 4) Gean Carlos dos Santos; 5) Marco Aurélio Fornazier Leles; 6) Fernanda Vieira de Carvalho Monteiro; 7) Helen Cristina Julia de Lacerda; 8) Murilo Cardoso Santos; 9) Bruno José de Moraes; 10) Bruno José da Silva; 11) Marielly de Souza Basílio; 12) Valdemir Vieira Silva; 13) Luiz Henrique dos Santos Cabral; 14) Lécio Reis Manoel Rodrigues; 15) Nyedja Nara Maria Leite Arruda; 16) Bruno de Jesus Silva; 17) Leandro José Martins; 18) Waldemar Patrique Flores Silva; 19) Gustavo Henrique Rosa Miranda; 20) Emily Alves Dias; 21) Zilmar dos Santos; 22) Crisomar Alves de Oliveira Junior; 23) Denys Basílio; 24) Isaías Gama de Souza; 25) Larissa Fraga Dornelas; 26) Jéferson Luiz de Oliveira; 27) Carlos de Oliveira Silva Junior. Em decorrência do número máximo de 24 (vinte e quatro) vagas e dos critérios de classificação por ordem cronológica da data de protocolo, não serão contemplados: 1) Helen Cristina Julia de Lacerda – CPF nº 158.616.216-08; 2) Jean Carlos dos Santos – CPF nº 035.195.136-46; 3) João Carlos de Oliveira Cunha – CPF nº 098.265.396-43. Segue a classificação por itens:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                          | CLASSIFICADOS(AS)  |
|------|--|--|
| 01   | 03 Bandas de rock/pop                  | 1) Bruno de Jesus Silva – CPF nº 142.766.296-75<br>2) Lécio Reis Manoel Rodrigues – CPF nº 078.270.976-18;<br>3) Murilo Cardoso Santos – CPF nº 047.110.526-07   |
| 02   | 03 Grupos de pagode/samba              | 1) Zilmar dos Santos – CPF nº 796.402.066-87;<br>2) Gustavo Henrique Rosa Miranda – CPF nº 075.575.426-30;<br>3) Leandro José Martins – CPF nº 095.944.836-52;   |
| 03   | 05 Duplas sertanejas (com banda);      | 1) Denys Basílio – CPF nº 098.306.916-67;<br>2) Carlos de Oliveira Silva – CPF nº 117.888.756-13;<br>3) Bruno José da Silva – CPF nº 138.050.056-79;<br>4) Fernanda Vieira de Carvalho Monteiro – CPF nº 078.358.126-22;<br>5) Larissa Fraga Dornelas – CPF nº 103.117.336-62; |
| 04   | 02 Grupo de Música Popular Brasileira; | 1) Emily Alves Dias – CPF nº 141.988.426-39;<br>2) Isaías Gama de Souza – CPF nº 056.034.376-00;   |
| 05   | 02 Bandas e/ou grupos gospel;          | 1) Wellington da Silva Raimundo – CPF nº 011.609.931-30;<br>2) Ezequiel Santos Silva – CPF nº 127.017.736-28;  |
| 06   | 02 Cantores solo (com banda);          | 1) Luiz Henrique dos Santos Cabral – CPF nº 097.943.726-17;<br>2) Marielly de Souza Basílio – CPF nº 106.242.326-70;   |
| 07   | 04 DJ, com dançarinos(as);             | 1) Waldemar Patrique Flores Silva – CPF nº 110.737.676-98;<br>2) Valdemir Vieira Silva – CPF nº 110.254.086-24;<br>3) Bruno José Moraes – CPF nº 087.515.456-59;<br>4) Marco Aurélio Fornazier Leles – CPF nº 565.137.746-00;  |
| 08   | 03 Grupos de dança e performance       | 1) Nyedja Nara Maria Leite Arruda - CPF sob o nº 124.576.606-61;<br>2) Crisomar Alves de Oliveira Junior – CPF nº 132.711.716-96;<br>3) Jéferson Luiz de Oliveira – CPF nº 017.754.016-85.   |

Monte Carmelo, 16 de dezembro de 2020. Elane Maria Lana de Oliveira – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2020. A

Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando as ações emergenciais referentes ao inciso III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, torna pública a relação final de habilitados, inabilitados e de propostas classificadas referentes ao Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº 04/2020. **Foram habilitados(as):** 1) Henrique Generoso de Sousa; 2) Criziomar Alves de Oliveira Junior; 3) Lucas Silva dos Santos; 4) Gean Carlos dos Santos; 5) Thiago Pires Rodrigues; 6) Zilmar dos Santos; 7) Sérgio Rodrigues de Oliveira; 8) Maria Lázara de Jesus; 9) Claubiana Crislei Arlindo. **Foi inabilitado:** Adriano Nilton de Jesus. **Foram**

**classificadas as propostas de contrapartida sociocultural apresentadas por:** 1) Henrique Generoso de Sousa; 2) Criziomar Alves de Oliveira Junior; 3) Lucas Silva dos Santos; 4) Gean Carlos dos Santos; 5) Thiago Pires Rodrigues; 6) Zilmar dos Santos; 7) Sérgio Rodrigues de Oliveira; 8) Maria Lázara de Jesus; 9) Claubiana Crislei Arlindo. Monte Carmelo, 16 de dezembro de 2020. Elane Maria Lana de Oliveira – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2020. A

Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando as ações emergenciais referentes ao inciso III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, torna pública a relação final de proponentes habilitados, inabilitados e de propostas classificadas, referentes ao Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº 05/2020. **Foram habilitados(as):** 1) Nyedja Nara Maria Leite Arruda; 2) Gean Carlos dos Santos; 3) Lucas Silva dos Santos; 4) Victor Franklyn Cruz. **Foi inabilitada:** Renata da Silva Gomes. **Foram classificadas as propostas de contrapartida sociocultural apresentadas por:** 1) Nyedja Nara Maria Leite Arruda; 2) Gean Carlos dos Santos; 3) Lucas Silva dos Santos; 4) Victor Franklyn Cruz. Monte Carmelo, 16 de dezembro de 2020. Elane Maria Lana de Oliveira – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2020. A

Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando as ações emergenciais referentes ao inciso III do art. 2º da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, torna pública a habilitação e classificação final da proposta de contrapartida sociocultural apresentada por Deivid de Freitas França EIRELI-ME, CNPJ 14.493.848/0001-04, no âmbito do processo de credenciamento nº 08/2020, Edital nº 08/2020. 16 de dezembro de 2020. Elane Maria Lana de Oliveira – Secretária Municipal de Educação e Cultura.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 98/2020, Pregão SRP Nº 50/2020, Processo nº 65/2020.

Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Hudson Paranhos da Silva ME, CNPJ: 29.061.957/0001-20. **Objeto:** Referência a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Gráficos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Para participação Exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 98/2020, concedendo o reequilíbrio de acordo com o estudo técnico de reajuste de preços. Ata de Registro de Preços nº 98/2020: Item 2: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,29. Item 03: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,54. Item 04: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,54. Item 05: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,54. Item 06: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,54. Item 07: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,54. Item 08: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,71. Item 09: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,99. Item 10: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,85. Item 11: 25%; valor com reajuste: R\$ 3,74. Item 12: 25%; valor com reajuste: R\$ 9,38. Item 13: 25%; valor com reajuste: R\$ 3,74. Item 14: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,84. Item 15: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,43. Item 16: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,85. Item 17: 25%; valor com reajuste: R\$ 5,61. Item 18: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,74. Item 19: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,63. Item 20: 25%; valor com reajuste: R\$ 3,73. Item 21: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,06. Item 22: 25%; valor com reajuste: R\$ 21,80. Item 23: 25%; valor com reajuste: R\$ 28,61. Item 24: 25%; valor com reajuste: R\$ 41,24. Item 25: 25%; valor com reajuste: R\$ 29,86. Item 26: 25%; valor com reajuste: R\$ 41,24. Item 27: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,16. Item 28: 25%; valor com reajuste: R\$ 5,38. Item 29: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,36. Item 30: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,10. Item 31: 25%; valor com reajuste: R\$ 3,11. Item 32: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,04. Item 33: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,33. Item 34: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,49. Item 35: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,11. Item 36: 25%; valor com reajuste: R\$ 2,00. Item 38: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,34. Item 39: 25%; valor com reajuste: R\$ 1,25. Item 40: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,23. Item 41: 25%; valor com reajuste: R\$ 0,23. 09/12/2020. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS.

**Convite: 04/2020. 1º T.A – Ctt: 16/2020. Contratada:** Total Saúde Consultoria Ltda, CNPJ: 35.632.898/0001-03. **Objeto:** Refere-se à Contratação de empresa especializada para Elaboração e aprovação de Projetos Arquitetônicos de Engenharia para estabelecimentos assistenciais de saúde Hospital Municipal e Unidade de Pronto Atendimento Hospitalar; Regularização Sanitária de imóveis perante Órgãos de Administração Pública Vigilância Sanitária; Elaboração de Memorial Descritivo de Atividades e Memorial Descritivo de Acabamentos dos estabelecimentos de Saúde; prestação de serviços de consultoria técnica e assessoria direta para faturamento Hospitalar (AIH's) e Ambulatorial (BPA e APAC), montagem e acompanhamento de processos de habilitação, credenciamento para desenvolvimento de serviços de média e alta complexidade junto a Municípios, Estados e perante Ministério da Saúde; Orientações e assessorias em custos e operações contábeis para Administração Hospitalar; Elaboração de Protocolos, Procedimento Operacionais Padrão (POP's), Manuais DE Normas e Rotinas Técnicas, Planos de Gerenciamento de Serviços de Saúde (PGRSS) em Estabelecimento Assistenciais de Saúde Unidade de Pronto Atendimento e Hospital Municipal de Monte Carmelo- MG, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde..

**Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato 16/2020 até 31/12/2021. **Cláusula 2ª:** Considerando que o Item 07 do Contrato nº 16/2020, tem quantidade inicial para 10 meses, o presente aditivo acresce 20%, passando para 12 meses a quantidade referente a este Item.

**Convite 03/2020. 1º T.A – Ctt 18/2020. Contratada:** LJD Serviços Contábeis e Informática Ltda, CNPJ: 12.096.240/0001-10. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa para Prestação de Serviços não Especializados, incluindo o Envio do SICOM junto ao TCE MG, Matriz, Saldo Contábil e Atualização do Site do Portal da Transparência, durante o Exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, solicitados pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 91/2019. 1º T.A – Ctt 01/2020. Contratada:** Pulmonar Comércio de Equipamentos Biomédicos Ltda, CNPJ: 26.298.204/0001-44. **Objeto:** Refere-se a Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para a Locação de Equipamento BIPAP Synchrony Avaps, para atender processo Judicial, e Eventuais Pacientes Assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG. Para Participação Exclusiva de ME, EPP e MEI. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Data: 02/12/2020. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS.

**Pregão: 66/2017– 8º T.A Ctt: 47/2017. Contratada:** W4M – Automação e Controles Ltda, CNPJ: 01.921.829/0001-90. **Objeto:** Refere-se à contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão: 20/2017. 4º T.A – Ctt: 125/2017. Contratada:** Elvis Bernadelli - ME, CNPJ: 05.601.833/0001-21. **Objeto:** Refere-se à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em reprodução de documentos (Outsourcing de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos, para atender as necessidades de impressão da Prefeitura de Monte Carmelo MG, conforme as especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais

estabelecidas neste Edital e seus Anexos. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão: 65/2018. 4º T.A – Ctt: 111/2018. Contratada:** Marcelo Borges Silva - ME, CNPJ: 11.839.585/0001-54. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Laboratório para Confeção de Próteses Dentárias, para os usuários do SUS, conforme Portaria nº 1585 de 02 de agosto de 2013 do Ministério da Saúde, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Inexigibilidade 02/2017. 5º T.A – Ctt: 02/2017. Contratada:** Imprensa Nacional, CNPJ: 04.196.645/0001-00. **Objeto:** Refere-se à Inexigibilidade para a Contratação da Imprensa Nacional, para a Publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, conforme artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 78/2019. 2º T.A – Ctt: 134/2019. Contratada:** Laboratório Sanchez Eireli, CNPJ: 07.181.682/0001-25. **2º T.A – Ctt: 135/2019. Contratada:** Labormonte Medicina Laboratorial Ltda, CNPJ: 11.255.183/0001-02. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa da Área da Saúde, para a Realização de Exames Laboratoriais, não Contemplados Pelo SUS, destinados aos usuários do Município, solicitados pela Secretaria de Saúde de Monte Carmelo, para participação Exclusiva de ME, EPP e MEI. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão: 36/2018. 7º T.A – Ctt: 81/2018. Contratada:** Netvip Telecomunicações Ltda ME, CNPJ: 03.058.915/0001-46. **4º T.A – Ctt: 80/2018. Contratada:** DH Online Internet Ltda ME, CNPJ: 07.293.927/0001-06. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no Fornecimento e Instalação de soluções de Telecomunicações, visando a Manutenção dos Serviços de Conectividade IP Dedicado e de Links de Comunicação Dedicados para Acesso à Rede Mundial de Internet, para Atender às Necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, com Reserva de Itens Para Participação Exclusiva de ME, EPP e MEI. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Concorrência 01/2017. 5º T.A – Ctt 83/2017. Contratada:** Intelligentsia & Attitude Comunicação Ltda EPP; CNPJ: 03.176.905/0001-05. **Objeto:** Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 70/2020. 1º T.A – Ctt 101/2020. Contratada:** Clínica ADS Cardiovascular Ltda, CNPJ: 02.698.518/0001-76. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços e Realização de Exames de ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER 24 HORAS e MAPA, Através de Telemedicina, com Fornecimento de Equipamentos em Regime de Comodato, Solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 11/2020. 1º T.A – Ctt 08/2020. Contratada:** 4TECH Manutenção Laboratorial, Refrigeração e Hospitalar Ltda – EPP, CNPJ: 17.983.226/0001-52. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos Médico-hospitalares/ Eletromédicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 15/2020. 1º T.A – Ctt 13/2020. Contratada:** Elo Assessoria em Serviços Públicos Ltda, CNPJ: 22.540.895-0001/90. **Objeto:** Refere-se à contratação de empresa para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Organização, Planejamento e Realização de Concurso Público e Processo Seletivo Público, compreendendo a elaboração de editais, publicação e convocação para as provas, impressão, empacotamento e coordenação das provas, correção das provas por meio de equipamento de leitura



ótica, apresentação do resultado, resposta aos eventuais recursos, apoio técnico e jurídico em todas as etapas do certame, para o Provimento de Cargos Efetivos e Eletivos, de Nível Fundamental, Médio e Superior, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 51/2020. 1º T.A – Ctt 77/2020. Contratada:** Eletro Epcel Ltda EPP, CNPJ: 04.163.744/0001-88. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Substituição de Braços e Luminárias com Lâmpadas Vapor de Mercúrio e de Sódio, por Luminárias de LED, Incluindo a Elaboração e Aprovação de Projeto junto à CEMIG, visando a melhoria da iluminação pública da Cidade de Monte Carmelo-MG, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 82/2020. 1º T.A – Ctt 112/2020. Contratada:** Eletro Epcel Ltda EPP, CNPJ: 04.163.744/0001-88. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Extensão de Rede Elétrica, solicitados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Monte Carmelo-MG. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 72/2020. 1º T.A – Ctt 98/2020. Contratada:** Luz Forte – Iluminação e Serviços EIRELI – ME, CNPJ: 19.280.448/0001-34. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Substituição de Braços e Luminárias com Lâmpadas Vapor de Mercúrio e de Sódio, por Luminárias de LED, Incluindo a Elaboração e Aprovação de Projeto junto à CEMIG, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Para Participação Exclusiva de ME, EPP e Equiparadas. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Data: 02/12/2020. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG.  
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS.**

**Pregão 76/2017. 3º T.A – Ctt: 84/2017. Contratada:** OI Móvel S/A; CNPJ: 05.423.963/0001-11. **Objeto:** Refere-se à contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Telefonia, envolvendo Serviço Móvel Pessoal (SMP), aderindo como entidade não participante ("carona") à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Poder Judiciário do Estado do Piauí, em decorrência do Pregão eletrônico nº 22/2016 – Processo administrativo 048/2016 - Ata de Registro de Preços nº 07/2017 – PJPI/TJPI/CLC. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Convite 01/2017. 6º T.A – Ctt: 28/2017. Contratada:** Guilhermina Maria Borges Marques, CNPJ: 08.003.679/0001-84. **Objeto:** Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Contábil, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**Pregão 41/2017. 4º T.A – Ctt: 26/2017. Contratado:** João Vanderlei Zanetti – ME, CNPJ: 27.258.454/0001-13. Objeto da Licitação: Refere-se à Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Reparos e Manutenção dos Equipamentos das Torres de Retransmissão de TV, sob responsabilidade do Município de Monte Carmelo – MG, para participação exclusiva de ME, EPP e MEI. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a prorrogação do prazo até 31/12/2021.

**CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Data: 02/12/2020. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.

## EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)